

# Regulamentar o lobby

A evolução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as denúncias sobre irregularidades na elaboração e tramitação do Orçamento Geral da União por membros e funcionários da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional envolve um aspecto da prática política e administrativa do País que, no momento oportuno, deverá ser analisado em profundidade, mas deve, desde já, ser abordado: o "lobby".

Como se sabe, a expressão inglesa "lobby" com o sentido de atividade de grupos de interesse junto ao governo e ao Congresso com o objetivo de obter medidas que lhes sejam favoráveis ou evitar aquelas que lhes sejam contrárias não tem, até hoje, uma correspondente adequada em português. Segue sendo utilizada a palavra original, tal como foi importada, embora a prática por ela designada seja, no Brasil, bastante diversa daquela em vigor nos Estados Unidos e em outras nações desenvolvidas.

Na Grã-Bretanha, nos EUA e em diversos países, a ação de empresas, entidades não-governamentais e organizações de quaisquer natureza junto a certas instâncias públicas e aos legislativos em particular é não apenas tolerada, mas defendida como uma forma legítima e democrática de influência nas decisões sobre questões de interesse público. Nestes casos, as atividades e as pessoas que as desenvolvem são devidamente registradas e regulamentadas.

O reconhecimento do "lobby" tem como pressuposto que as autoridades e em especial os legisladores nem sempre dominam todos os aspectos dos assuntos a respeito dos quais lhes cabe decidir e nem sempre têm acesso às fontes de informação sobre as múltiplas implicações das mesmas decisões. O "lobby" cumpre, assim, uma função informativa, sendo democrático na medida em que todos os setores sociais interessados numa determinada questão podem fazê-lo.

A regulamentação do "lobby" nos países democráticos avançados, assim como a legislação penal, não impede a corrupção e a ocorrência de abusos, mas circunscreve-os e cria mecanismos que permitem a punição

dos delitos e irregularidades eventualmente praticados. Agora mesmo a sociedade norte-americana rediscute a regulamentação do "lobby", tendo o assunto sido abordado em reportagens e textos de opinião de seus mais influentes veículos de comunicação. É o caso, por exemplo, do "The New York Times", que publicou, nos dias 1º, 2 e 3 últimos, uma série de matérias de aproximadamente uma página cada sobre o tema.

É provável que o Brasil jamais se veja livre da corrupção e das irregularidades envolvendo recursos públicos, já que países de legislação ou tradição ética tão severa quanto Japão, Itália, França, etc. seguem convivendo com problemas desta natureza. Seja como for, é possível e até mesmo indispensável reduzir os níveis registrados em nossas terras.

Seria um erro terrível creditar as mazes que agora vêm à tona à vigência das instituições democráticas. No caso específico do Orçamento, basta recordar que a Constituição em vigor durante o regime militar estabelecia que ao Congresso cabia apenas aprovar ou rejeitar o orçamento elaborado pelo Executivo, sendo que a rejeição jamais ocorreu. Tal sistemática implicava na concentração do poder decisório relativo às verbas públicas num número reduzido de funcionários, sem que a sociedade contasse com uma imprensa livre para fiscalizar a aplicação de tais recursos. Hoje, a opinião pública tem uma idéia de que enormes montantes foram destinados, muitas vezes de maneira injustificável, para projetos de escasso interesse público.

O "lobby" que atualmente se pratica no País, não necessariamente ilegal mas muitas vezes pouco ético, é essencialmente o mesmo que se fazia naqueles tempos, um "lobby" de relacionamento no qual se estabelece uma relação pessoal entre o lobista e a autoridade, freqüentemente envolvendo comissões e favores indevidos. Regulamentar o "lobby" para que o tráfico de influência dê lugar ao tráfego de informações de forma transparente certamente ajudará a evitar que outras CPIs do Orçamento se façam necessárias no futuro.